



ARTIGO

# COOPERAÇÃO INTERNACIONAL APESAR DA GUERRA FRIA? APROXIMAÇÕES ENTRE A FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DE MULHERES E A LIGA INTERNACIONAL DE MULHERES PRÓ-PAZ E LIBERDADE (1945-1963)<sup>1</sup>

Contato  
Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – São Paulo – Brasil  
[guilherme.mnunes@gmail.com](mailto:guilherme.mnunes@gmail.com)

 **Guilherme Machado Nunes<sup>2</sup>**  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
São Paulo – São Paulo – Brasil

## Resumo

Após a Segunda Guerra Mundial, organizações internacionais de mulheres que existiam antes da Guerra, como a Liga Internacional de Mulheres Pró-Paz e Liberdade (LIMPL), passaram a coexistir com novos atores. Um deles defendia que as questões femininas não poderiam ser separadas de temas como colonialismo, imperialismo e proteção à maternidade e à infância: a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). Embora houvesse momentos de conflitos e disputas típicos do período, o objetivo principal deste artigo é explorar as tentativas de cooperação, assim como a circulação dessas mulheres por países e organizações que tinham a Guerra Fria não apenas como um limitador, mas também um campo que possibilitou novos canais e formas de comunicação. Nesse processo, as mulheres da América Latina desempenharam um papel importante na tentativa de suplantar obstáculos da Guerra Fria, especialmente a partir de iniciativas relativas à maternidade nos anos 1950.

## Palavras-chave

feminismo – história das mulheres – Guerra Fria – FDIM – LIMPL.

<sup>1</sup> Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e a bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo. Agradeço o Governo Federal Suíço pela Bourse d'Excellence de la Confédération Suisse por ter financiado a primeira parte desta pesquisa de pós-doutorado, realizada na Universidade de Genebra, sob supervisão da Professora Dra. Sandrine Kott, quem também agradeço; e agradeço a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ por ter financiado (Processo 205.792/2022 – SEI 260003/019547/2022) a continuação desta pesquisa com a bolsa Pós-Doutorado Nota 10, sediada na Universidade Federal Fluminense, sob supervisão do Professor Dr. Norberto Ferreras, a quem também sou grato.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com pós-doutorado pela Universidade de Genebra e pela Universidade Federal Fluminense – UFF; historiógrafo do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Unesp (Cedem).



ARTICLE

INTERNATIONAL  
COOPERATION *DESPITE*  
COLD WAR? APPROACHES  
BETWEEN THE WOMEN'S  
INTERNATIONAL  
DEMOCRATIC FEDERATION  
THE WOMEN'S  
INTERNATIONAL LEAGUE FOR  
PEACE AND FREEDOM  
(1945-1963)

Contact  
Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – São Paulo – Brazil  
[guilherme.mnunes@gmail.com](mailto:guilherme.mnunes@gmail.com)

 Guilherme Machado Nunes  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
São Paulo – São Paulo – Brazil

## Abstract

After the Second World War, international women's organizations that already existed before the War, such as the Women's International League for Peace and Freedom (WILPF), began to coexist with new actors. One of them argues that women's issues could not be separated from themes such as colonialism, imperialism and protection of motherhood and childhood: the Women's International Democratic Federation (WIDF). Although there were moments of conflicts and disputes typical of the period, the main goal of this article is to explore the attempt at cooperation, as well as the circulation of these women through countries and organizations that had the Cold War not only as a limiter, but also a field that enabled new channels and ways of communication. In this process, women in Latin America played an important role in trying to overcome the Cold War obstacles, especially through initiatives related to motherhood in the 1950s.

## Keywords

feminism – women's history – Cold War – WIDF – WILPF.

## Introdução

No dia 23 de novembro de 1951, Lela Matitch,<sup>3</sup> secretária da Liga Iugoslava pela Paz e a Liberdade, escreveu uma carta para a Liga Internacional de Mulheres Pró-Paz e Liberdade (a partir de agora LIMPL ou Liga), informando que havia sido composta uma Comissão para a criação de uma Seção iugoslava da LIMPL. Matitch indicou os nomes dessa comissão e pediu por alguns materiais da Liga, visto que, segundo ela, as mulheres iugoslavas só possuíam um relatório escrito por Ljilja Kouchitch, delegada que compareceu ao Congresso da Liga em Luxemburgo, em 1946.<sup>4</sup>

Embora não seja justo classificar a Liga como alinhada à política externa dos Estados Unidos na Guerra Fria, suas militantes estavam, em sua maioria, ainda mais distantes da simpatia pelo socialismo: eram fundamentalmente mulheres brancas, de classes médias e alta e oriundas de países do Primeiro Mundo – especialmente Europa Ocidental e Estados Unidos (cf. STIENSTRA, 1994, p. 67-87). Então por que as mulheres da Iugoslávia socialista estavam interessadas em fazer parte dessa organização? Gertrude Baer, representante da LIMPL na ONU, também se fez essa pergunta. Em seguida, respondeu que estava “muito contente” com a notícia, mas alertou: “De acordo com a nossa Constituição, como sabem, há um número de condições para aquelas que querem se tornar membros da Liga Internacional de Mulheres Pró Paz e Liberdade”.<sup>5</sup>

Baer não só avisou sobre essas condições de ingresso, mas também recordou que Ljilja Kouchitch, integrante desse recém-criado Comitê, esteve presente no Congresso de 1946 e simplesmente recusou o convite para participar do Congresso de 1949 em Copenhague, alegando que “não concordava com as atitudes e resoluções do Congresso” e “também não concordava com o atual programa” da Liga. Baer encerrou a carta afirmando que qualquer cooperação entre elas deveria se “basear em incondicional sinceridade, franqueza e clareza de propósitos”.<sup>6</sup>

Em um primeiro momento, seria possível pensar essa aproximação iugoslava a partir do *racha* entre Tito e Stalin, que teve grande impacto dentro da Federação Democrática Internacional de Mulheres – por alguns anos, as iugoslavas foram isoladas ou expulsas da entidade (BONFIGLIOLI, 2012, p. 149-185). No entanto, ao longo

<sup>3</sup> Os nomes iugoslavos aparecem grifado de formas diferentes na documentação, escolhi reproduzir a forma que mais apareceram.

<sup>4</sup> LIMPL. Carta de Lela Matitch para a LIMPL. 23/11/1951. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 5.

<sup>5</sup> LIMPL. Carta de Gertrude Baer para Lela Matitch. 04/01/1952. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 5.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

dos anos 1950 e 1960, é possível encontrar cartas, convites e trocas de elogios entre a Liga e a Federação, assim como uma série de iniciativas e cooperações entre mulheres que, teoricamente, deveriam ser rivais em função dos blocos de influência a que pertenciam.

Nesse contexto, o presente artigo possui três grandes objetivos: o primeiro deles não chega a ser muito original, mas é importante reafirmar: apontar como a Guerra Fria foi um terreno que tanto restringiu quanto possibilitou novas formas de organização e circulação de ideias e pessoas; o segundo objetivo é identificar como essas organizações feministas transnacionais, ao mesmo tempo em que rivalizavam em um série de questões (tema bastante abordado pela historiografia), conseguiram superar divergências ideológicas e se empenharam em diversas ações conjuntas; por fim, e este ainda em caráter quase ensaístico, o texto sugere que as mulheres da América Latina desempenharam papéis importantes nessa aproximação.

Pesquisas recentes, como a de Manke, Brezinova e Blecha (2017, p. 2010), têm demonstrado que a Guerra Fria não pode ser vista apenas pela lente do conflito, senão “perderíamos boa parte da história: o que vemos não são apenas relações bilaterais (razoavelmente funcionais), mas a circulação de pessoas, ideias, tecnologias (...) e elementos culturais”. Em uma abordagem similar, Sandrine Kott (2016, p. 340) defende que “a Guerra Fria deu origem a uma ou mais formas específicas de expressar ou estruturar o internacionalismo” e “não impediu o desenvolvimento de movimentos internacionais construídos em torno de causas comuns”. Essas noções nos ajudam a entender como mulheres e suas organizações conseguiram estabelecer diálogos não apenas através da “Cortina de Ferro”,<sup>7</sup> mas também entre os blocos hegemônicos e o Terceiro Mundo, aqui entendido como “antigas colônias ou semicolônias na África, Ásia e América Latina sujeitas à dominação econômica ou política da Europa (incluindo Estados Unidos e Rússia)”, como definiu Odd Arne Westad (2005, p. 3).

Para tanto, em um primeiro momento, vamos identificar os esforços para que fossem estabelecidas conexões entre LIMPL e FDIM e suas seções nacionais. A ONU foi um importante *locus* de debate, especialmente a Comissão de Status da Mulher (CSM), e, um ano depois de sua criação em 1947, ambas as organizações – dentre outras – receberam o *Status Consultivo B* no Conselho Econômico e Social da entidade, o que lhes dava acesso a reuniões, relatórios e outras formas de participação. No entanto, como um dos desdobramentos do “aquecimento” da Guerra Fria, a FDIM perdeu essa posição em 1954 (ver DE HAAN, 2012, p. 15-16), o que encerra a primeira

---

<sup>7</sup> Termo criado por Winston Churchill e que muitas vezes indicava mais um desejo do que propriamente uma análise.

parte. Em seguida, nosso foco recai no desenvolvimento de diálogos e cooperações regulares entre essas organizações por fora do sistema da ONU – através de relatórios, resoluções, congressos e correspondências. Nesse período, as mulheres da América Latina se tornaram figuras mais ativas na LIMPL, mas principalmente na FDIM, compartilhando experiências organizativas e legislativas, especialmente em relação à maternidade e defesa da infância. Em 1963, ambas as organizações realizaram congressos e seminários. Para concluir este artigo, veremos como, após uma série de aproximações e iniciativas conjuntas, essas mulheres conseguiram estabelecer uma agenda comum, que pode ter contribuído para a assinatura do Tratado de Banimento de Testes Nucleares entre Estados Unidos e União Soviética.

### **“Na busca por entendimento e cooperação com pessoas de diferentes formas de vida”<sup>8</sup>: esforços e conflitos entre 1945 e 1954**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, vários esforços para evitar uma nova e ainda mais catastrófica guerra foram feitos através da diplomacia e de novas organizações internacionais – sendo a ONU a mais famosa e duradoura. Esse novo mundo foi tomando forma enquanto todos os tipos de atores se reorganizavam, forjavam novas alianças e criavam associações para interferir nessa realidade. Entre esses sujeitos estavam, claro, as mulheres.

No início de 1946, na primeira reunião da Assembleia Geral da ONU, em Londres, Eleanor Roosevelt, delegada dos Estados Unidos, leu uma carta aberta afirmando que “as mulheres em todo o mundo” deveriam ser mais ativas nos “assuntos nacionais e internacionais” e declarando que deveriam desempenhar um grande papel na consecução da paz (HANNAH *et al.*, 2019, p. 4). Roosevelt, no entanto, opôs-se à criação de uma Comissão sobre o *Status* da Mulher, endossando a criação de uma Subcomissão sobre o assunto, alegando que ela deveria fazer parte da Comissão de Direitos Humanos, que ela presidia. Foi por sugestão e insistência de Sir A. Ramaswami Mudaliar, chefe da delegação indiana, e de Bertha Lutz, delegada brasileira e feminista de longa data, que a CSM tomou forma (DE HAAN, 2013, p. 181).

No entanto, enquanto os países tentavam se envolver na cooperação mútua e consolidar organizações internacionais e instrumentos diplomáticos, a ascensão de duas grandes potências ameaçava o mundo com novas guerras e bloqueava os canais de comunicação. As organizações de mulheres, fossem elas criadas antes ou depois

---

<sup>8</sup> 12º Congresso Internacional da LIMPL. Relatório Internacional da Presidência. 04/08/1953, p. 24. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women’s International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 22.

de 1945, tiveram seu funcionamento, filiações e agendas permeadas por esses conflitos. Dos rastros da guerra surgiu, em 1945, em Paris, a Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM). De acordo com De Haan (2013, p. 179), a Federação

é uma organização internacional de mulheres feministas de esquerda, progressista, com ênfase na paz, no antifascismo (ênfático até meados da década de 1950), nos direitos das mulheres, nos direitos das crianças, no anticolonialismo e no antirracismo. (...) A FDIM tinha uma forte associação com o mundo comunista, e muitas das suas principais militantes eram comunistas. Além disso, um número considerável de mulheres progressistas, mas não comunistas, esteve envolvido na organização e nas suas filiadas, e isto continuou a acontecer ao longo do tempo. Não só a FDIM foi criada em Paris, mas a sua primeira presidenta e secretária-geral também foram francesas [Eugénie Cotton e Marie-Claude Vaillant-Couturier].

O Congresso fundador da FDIM adotou uma moção em apoio à ONU e à CSM (DE HAAN, 2012, p. 15). Enquanto isso, a Liga Internacional das Mulheres para a Paz e a Liberdade (LIMPL), fundada em 1915 após um Congresso Internacional de Mulheres realizado em Haia, estava prestes a organizar o seu primeiro Congresso desde 1937, ocorrido na República Checa. Como mencionado, o evento aconteceu em agosto de 1946, em Luxemburgo. Há um bom número de pesquisas tanto sobre a LIMPL quanto sobre a FDIM – mas a grande maioria está focada nas próprias organizações ou nas rivalidades entre elas. Enfatizar os esforços para estabelecer diálogos e agendas comuns e a circulação de algumas dessas mulheres parece ser pertinente para tentar compreender as novas formas de internacionalismo e cooperação que foram surgindo durante a Guerra Fria.

O Congresso da LIMPL de 1946 teve poucas resoluções a favor da migração e contra os campos de prisioneiros e trabalho forçado. Alguns países da Europa Oriental enviaram delegadas, como a Checoslováquia, a Polónia e a Iugoslávia. Elas ajudaram a redigir a recomendação relativa às mulheres soviéticas:

Foi decidido que a partir de agora serão procuradas formas de entrar em contacto com as mulheres na URSS, com vista a preparar uma conferência em Praga, daqui a cerca de um ano, com mulheres russas, checas, polacas, jugoslavas e finlandesas, juntamente com mulheres de países ocidentais, para falarem sobre possibilidades de cooperação futura.<sup>9</sup>

Um ano depois, em Genebra, sede da Liga, as discussões sobre as relações entre o Oriente e o Ocidente quase monopolizaram a agenda da reunião do Comitê Exe-

---

<sup>9</sup> 10º Congresso Internacional da LIMPL. Lista de Recomendações. Luxemburgo, agosto de 1946, p. 4. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 12.

cutivo Internacional da LIMPL. Numa manhã de segunda-feira, 26 de maio de 1947, a Dra. Vera Bednarova, historiadora, professora e bibliotecária da Tchecoslováquia, falou sobre a situação da Liga em seu país. Ela disse ao Comitê que existiam dois grupos que trabalhavam muito bem juntos antes da guerra: um em Praga e outro em Brno. No entanto, “alguns dias depois de a Tchecoslováquia ter se tornado um Protectorado do Reich, a Dra. Bednarova foi perseguida como presidente da Sessão Tcheca da Liga e recebeu ordens da Gestapo para dissolver o grupo como uma organização inimiga”.<sup>10</sup> O outro grupo foi fechado logo em seguida. Agora,

(...) as ex-membros da Liga formaram a Comissão para a paz em conjunto com o Clube das Mulheres e este Comitê funciona como um Comitê Preparatório da Liga. Se os membros do comitê obtiverem permissão [do Governo local] para renovar a Liga na forma em que existia antes da guerra, isso dependerá das tendências ideológicas da Liga e das relações entre a Liga e a Federação Democrática Internacional das Mulheres.”

Foi a primeira vez que o nome da FDIM apareceu assim. Um bom relacionamento com ela foi uma pré-condição imposta por um país do Leste Europeu para permitir a recriação da Liga, segundo a Dr. Bednarova. A manhã seguinte trouxe mais debates sobre as relações entre Oriente e Ocidente, com muitos membros mostrando simpatia pela União Soviética e condenando “a imprensa e a rádio americanas” por “continuarem a tentar manter as relações dos EUA com a Rússia no limite”, como afirmou Sra. Olmstad, da Noruega. Madame Duchêne, da França, concordou, acrescentando que “a URSS simpatiza com os povos e classes oprimidas”. Frau Raggaz, por sua vez, interveio dizendo que não se pode culpar apenas os EUA pelas más relações diplomáticas entre os países. A representante suíça foi mais longe e lembrou que Stalin “disse que todos os povos deveriam ter o direito de alterar a sua Constituição” e perguntou se “o povo russo tem essa possibilidade, quando nenhuma crítica e nenhum contato com outros países são permitidos?”<sup>12</sup> A discussão pareceu esquentar quando Lous-Mohr lembrou que sua tarefa era “construir pontes entre os povos” e “tentar estabelecer contatos culturais e pessoais”, mas “lamentava que fosse tão difícil conseguir esse tipo de contato” com a Rússia.

Um último tema importante foi levantado nesse encontro: a “Relação com outras Organizações de Mulheres”. Estava sendo criado um Comitê para reunir “dife-

<sup>10</sup> Reunião do Comitê Executivo da LIMPL. Minuta. Genebra, 25 a 30 de maio de 1947, p. 1. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women’s International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 12.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 1-2.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 5.

rentes organizações internacionais com o objetivo de aumentar as mulheres na Liga das Nações”, como relatou Gertrude Baer. Por se apresentar como “uma organização neutra, que não realizava qualquer trabalho político e, portanto, limitada na sua tarefa”, a adesão da Liga a esse Comitê foi facilmente votada. As possibilidades de relacionamento e cooperação com a FDIM, porém, eram mais complicadas: poucos meses antes elas haviam emitido um comunicado com um parágrafo falando desfavoravelmente da LIMPL. Baer, que presidia a Sessão, disse que “a LIMPL não pretendia lutar contra outra organização feminina”, e uma comissão de três membros foi nomeada (Sras. Baer, Jouve e Lous-Mohr) para se reunir com a FDIM em Paris.<sup>13</sup>

O apêndice dessa movimentada reunião trouxe a declaração da FDIM, um documento de seis páginas com uma recapitulação da história das mulheres e atacando explicitamente a Liga no final:

O Comitê Executivo denuncia as manobras de agentes fascistas que se introduziram em grupos de mulheres ou pacifistas, como a Aliança Internacional das Mulheres, a Liga [Internacional das Mulheres] para a Paz e a Liberdade e outros, e a quem essas organizações emprestaram a sua plataforma para atacar democracias e fazem propaganda pró fascista, como aconteceu nos congressos do Luxemburgo e de Interlaken.

O Comitê Executivo adverte as suas secções nacionais contra a formação de novas organizações internacionais de mulheres, o que arriscaria dividir os movimentos mundiais de mulheres ao favorecerem a causa dos inimigos da Democracia.<sup>14</sup>

Mesmo assim, entre 1946 e 1947, a Liga avançou nas negociações para estabelecer seções na Polônia, Checoslováquia e Iugoslávia, mas no final de 1947 Louisa Jaques avisou o Comitê Executivo da LIMPL de que, embora Hanouskova ainda estivesse em contato para recriar a seção tcheca, a polonesa Szelagowska e a iugoslava Zetchevitch simplesmente haviam deixado de responder.<sup>15</sup> É importante lembrar que, após um breve momento de cooperação, o mundo ocidental tornou-se muito hostil às iniciativas comunistas. Na América do Sul, por exemplo, Brasil, Argentina e Chile tornaram os seus Partidos Comunistas ilegais – o caso do Chile foi o mais emblemático, uma vez que os comunistas desempenharam um papel importante na eleição de Gonzales Videla em 1947 (BERNARD, 1996). Tanto os Partidos Comu-

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>14</sup> LIMPL. Resolução do Comitê Executivo. 15/10/1946, p.6. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 12.

<sup>15</sup> LIMPL. Carta de Louisa Jaques para Andrée Jouve em 11 de novembro de 1947. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 4.

nistas da Itália como os da França também foram expulsos da coalizão de governo de seus países nesse ano (ver VILLATOUX, 2010).

Essa situação teve um impacto claro nas ações e reivindicações da FDIM. Numa espécie de “sistema de vasos comunicantes”, como diria Isaac Deutscher (1969, p. 28) para descrever as tensões crescentes da década de 1930, a quantidade de liberdade e as possibilidades de diálogo entre os dois blocos estavam interligadas. As primeiras declarações e resoluções da FDIM foram permeadas por essa lógica, como podemos ver na resolução do seu Congresso de 1948 em Budapeste, que afirmava que as mulheres do leste e soviéticas eram “mais avançadas na sua consciência anti-imperialista” (BONFIGLIOLI, 2012, p. 161). De acordo com Bonfiglioli, “a resolução era abertamente pró soviética e condenava duramente o governo dos EUA”, o que deixou o Congresso de Mulheres Americanas (CAW, na sigla original) e as delegadas suecas muito desconfortáveis, uma vez que se tornariam alvos de propaganda anti-comunista nos seus países de origem.

Todo esse rescaldo de tensões e lutas, no entanto, não impediu que essas organizações tentassem novas formas de diálogo – o que nos remete ao caso iugoslavo, que abriu este artigo: uma situação repleta de desconfianças e tentativas de cooperação que podem resumir os primeiros momentos do pós-guerra. A carta de Gertrude Baer a Lela Matitch, em janeiro de 1952 foi seguida por uma intensa troca de correspondência entre mulheres iugoslavas e a LIMPL.

Em abril, Matitch respondeu a Baer explicando de onde surgiu a ideia de criar uma seção nacional. Segundo Ingrid Borchgrewink, vice-presidente da seção norueguesa da LIMPL, ela havia visitado a Iugoslávia em 1950 e “ficou muito impressionada com a forma como” as mulheres locais “lutaram pela paz”. Ela discutiu com Vida Tomic, presidenta da Frente Antifascista de Mulheres Iugoslavas, “a possibilidade de fundar uma seção da Liga na Iugoslávia (...) fundada quer pela Frente Antifascista de Mulheres Iugoslavas, quer por uma seção de mulheres interessadas na Liga”. Elizabeth-Ljilja Koushitch, que participou no Congresso da LIMPL em 1946 e não o apoiou, também falou com Borchgrewink sobre “a possibilidade de reavivar o trabalho da Liga na Iugoslávia”.<sup>16</sup> Depois de afirmar que ficaram muito impressionadas com os relatórios das atividades da Liga, Matitch explicou toda a “situação Koushitch”: a delegada iugoslava teria ficado desconfortável com o que foi dito sobre a União Soviética e pensou “que isto aumentava as dificuldades da situação política internacional e não

<sup>16</sup> LIMPL. Carta de Lela Matitch para Gertrude Baer. 11/04/1952, p. 1. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 97.

poderia de forma alguma levar a uma melhor compreensão e a relações mais amigáveis entre as nações”.<sup>17</sup>

Gertrude Baer respondeu de forma curta e direta, dizendo que “seria um privilégio e um prazer ter uma seção na Iugoslávia”, desde que “se dedicasse lealmente aos objetivos e propósitos e à Constituição da Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade” e exigiu um relatório de atividades, planos para o futuro, lista de associadas, quanto elas pagavam e se a seção nacional “poderia pagar a contribuição que as seções nacionais têm de pagar”<sup>18</sup> à matriz.

Quando o Comitê Executivo Internacional da Liga se reuniu em Genebra, durante a segunda semana de agosto de 1952, foi decidido que as iugoslavas seriam informadas de que o Comitê Executivo tinha um relatório sobre suas atividades e “assistiria com grande interesse o trabalho do Comitê local e levaria o assunto ao Conselho na próxima reunião executiva”<sup>19</sup> da Liga. Além disso, seria exigido que elas enviassem um artigo para a revista *Pax et Libertas*, publicação oficial da LIMPL.

Na manhã seguinte, foram lidos dois telegramas que indicam esforços de comunicação e cooperação entre a Liga e a Federação: neles, Elli Schmidt, presidenta da União Democrática Feminina da Alemanha, e Marie-Claude Vaillant-Couturier, secretária-geral da FDIM, elogiavam a Liga e suas iniciativas e esforços para manter a paz e acabar com a corrida armamentista. Nesse momento, bem como em muitas outras ocasiões, a FDIM concentrava-se num Terceiro Mundo em chamas e nas guerras e descolonização na África e na Ásia, mas também foram feitas algumas tentativas de estabelecer contatos com o Ocidente, como podemos ver.

Mas o mundo ocidental não correspondeu necessariamente a esses esforços. As enfáticas ações e retórica anti-imperialista da FDIM, especialmente em relação ao Vietnã e à Coreia entre 1950 e 1951, custaram a paz e a liberdade para muitas mulheres em seus respectivos países. O governo francês expulsou a FDIM de Paris e processou Eugénie Cotton, sua presidenta, por traição após sua propaganda antiguerra – o processo não foi adiante, mas a sede da FDIM teve de se mudar para Berlim Oriental (GRADSKOVA, 2019, p. 275). Mesmo no Terceiro Mundo, as políticas de aliança desses países com os EUA geravam grande impacto entre as afiliadas da FDIM. Elisa Branco, por exemplo, trabalhadora comunista e dirigente da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), afiliada à FDIM, passou um ano na prisão por segurar um cartaz

<sup>17</sup> *Ibidem*, p 1-2.

<sup>18</sup> LIMPL. Carta de Gertrude Baer para Lela Matitch. 10/06/1952. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 97.

<sup>19</sup> Reunião do Comitê Executivo da LIMPL. Decisões do Encontro. Genebra, 6 a 11 de agosto e 1952, p. 4. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 12.

contra a guerra e o envio de tropas brasileiras para a Coreia, e situações semelhantes estavam acontecendo na Argentina entre mulheres da União de Mulheres Argentinas (UMA), afiliada local da FDIM (ver NUNES, 2023; ALVES, 2022; FERREIRA, 2023).

A questão coreana teve mais desenvolvimentos, e uma comissão enviada pela FDIM escreveu um relatório chamado “Nós acusamos”, denunciando os EUA e a Coreia do Sul de muitos crimes de guerra. Segundo Francisca De Haan (2012, p. 15-16), o documento foi “publicado em mais de vinte idiomas”, “recebeu considerável atenção em todo o mundo e deixou o governo americano furioso”. Entre as alegações estava o uso da guerra bacteriológica, uma acusação séria que foi prontamente negada por Eleanor Roosevelt, o que levou Vaillant-Couturier a escrever-lhe uma longa carta em setembro de 1952. Ela alegou que elas “citaram fatos de fontes indiscutíveis” de que um “número cada vez maior de eminentes cidadãos americanos estão a levantar as suas vozes contra” a guerra e que os EUA deveriam ratificar a Convenção de Genebra de 1925 sobre armas biológicas e gases venenosos.<sup>20</sup> Após um início moderado, Vaillant-Couturier elevou o tom:

Certamente as mães americanas que foram chamadas a “criar uma geração de assassinos”, o povo americano que está sendo ensinado desdenhosamente a se referir aos coreanos como “gooks” [ofensa a povos asiáticos em geral], e que têm visto ano após ano o linchamento dos negros ficar impune no seu próprio país, podem compreender que um Governo que prossegue tal política não terá escrúpulos em usar armas biológicas na sua guerra genocida contra o povo Coreano.<sup>21</sup>

Depois de algumas informações sobre as organizações de mulheres sul e norte-coreanas afiliadas à FDIM, a carta apelava ao que se tornaria muito popular entre as mulheres de esquerda durante os anos 50 e 60: o uso político da maternidade. Se é possível argumentar que a instrumentalização política da maternidade pode ter contribuído para a consolidação dos papéis tradicionais de gênero, também podemos vê-la como uma estratégia política que permitiu às mulheres, especialmente do Terceiro Mundo, tornarem-se atores importantes na arena pública da política (ver VALOBRA, 2005; ZARCO, 2011).

É claro que a valorização da maternidade como estratégia para garantir legitimidade não configura excepcionalidade, tendo sido inclusive importante para a conquista do sufrágio (ver KARAWAJCZYK, 2020). Porém, a partir do momento em que esse feminismo próximo ao bloco soviético se organiza, o que aconte-

<sup>20</sup> FDIM. Carta de Marie-Claude Vaillant-Couturier para Eleanor Roosevelt. 5/09/1952, p. 1. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women's International Democratic Federation, ARCH01658, Caixa 1.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 2.

ce é a politização da maternidade em consonância com suas principais bandeiras. Como diria Jadwiga Pieper Mooney (2007, p. 975), a “maternidade militante” poderia ser definida como “o uso pelas mulheres das responsabilidades maternas para justificar o envolvimento para além da esfera doméstica”. Neste caso específico, essa estratégia foi usada pela Secretária-Geral da FDIM para tentar convencer Eleanor Roosevelt a deixar de apoiar a Guerra na Coreia:

Tal como todas as mães, as mães americanas não querem que os seus filhos morram em campos de batalha estrangeiros, em guerras agressivas e vergonhosas, ou que sejam brutalizados ao serem transformados em instrumentos para ações revoltantes.

(...) No Estado de Washington, três mães de soldados do Exército dos Estados Unidos iniciaram um movimento para dar ao povo do seu estado a oportunidade de votar pela paz. Em Louisville, Kentucky, 200 esposas e mães de homens da 623ª Artilharia de Campanha da Guarda Nacional exigiram que os seus homens fossem trazidos de volta da Coreia.

(...) Vocês próprios não se juntaram a eles para levantar a voz contra este horror – o extermínio sistemático de mulheres e crianças, queimando-as vivas. Nem a tristeza da mãe americana nem o martírio da mãe da Coreia suscitaram de vós o menor protesto contra o vosso governo que sacrifica os seus filhos.<sup>22</sup>

A carta termina com fortes exigências: Roosevelt deveria usar sua capacidade de representante dos EUA na ONU para condenar explicitamente a guerra e o uso de armas bacteriológicas em vez de “esconder a culpa do governo dos Estados Unidos em relação à guerra da Coreia” ou ela seria vista como “acessório deste crime contra a humanidade”.<sup>23</sup> É difícil dizer com certeza se e como esta discussão afetou as relações entre estas organizações, mas pode não ser uma coincidência que Gertrude Baer, quem mostrava a maior resistência à criação da Seção Jugoslava, fosse representante do Liga na ONU e mantivesse estreitos contatos com Roosevelt – teria ela se ofendido pelas duras palavras direcionadas a sua companheira de militância?

Em 1953 já estava claro que Lela Matitch e Elizabeth-Ljilja Koushitch não teriam sucesso na sua empreitada. Foi Matitch quem escreveu “Novas tarefas para as mulheres livres na Jugoslávia”, o artigo solicitado pela Liga para ser publicado em *Pax Et Libertas*. O artigo tinha 8 páginas (cerca de 2000 palavras), e Baer lembrou “que o artigo não deveria ter mais de 850-1000 palavras”. Baer perguntou se ela poderia

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 3-4.

<sup>23</sup> FDIM. Carta de Marie-Claude Vaillant-Couturier para Eleanor Roosevelt. 05/09/1952, p. 4. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women’s International Democratic Federation, ARCH01658, Cx. 1.

enviar um novo, cortando “tudo o que é retrospectivo, histórico, passado” e focando “inteiramente no presente” até 25 de novembro – 40 dias a partir de então.<sup>24</sup>

Matitch escreveu e enviou um novo artigo com metade do tamanho do original, que foi enviado por Gertrude Baer ao Comitê Executivo Internacional, Seções Nacionais e membros consultivos da Liga em 16 de fevereiro de 1953, junto com uma carta em que ela explicava aos seus colegas que tal artigo *não seria publicado*. Baer afirmou que o artigo “continha algumas declarações contrárias aos princípios e políticas” da Liga. Além disso, “opiniões contraditórias sobre o artigo por parte dos membros do comitê executivo internacional indicaram que mesmo uma explicação editorial extensa não poderia evitar mal-entendidos entre os membros e leitores externos sobre a posição básica da LIMPL”. Foi decidido que iria circular entre todas as seções nacionais “para lhes dar a oportunidade de estudá-lo e de estarem bem-informadas caso a questão da admissão de uma Seção Nacional Iugoslava fosse levantada no Congresso Internacional LIMPL em Paris”.<sup>25</sup>

Uma semana depois, Denitza Zetchevitch escreveu à Liga perguntando quando o artigo de suas conterrâneas seria publicado, mas a Liga não respondeu – entretanto, nesse meio tempo, ela recebera a carta circular com as cópias do artigo de Matitch. Em abril, ela escreveu outra carta a Baer questionando quais declarações contradiziam “os princípios e as políticas” tanto da LIMPL quanto da *Pax et Libertas*. Ela terminou dizendo que as mulheres iugoslavas poderiam ajudá-las a obter uma “imagem clara” caso houvesse “algum mal-entendido ou equívoco”<sup>26</sup> devido a uma má tradução do texto, mas a decisão estava tomada: não haveria Seção Iugoslava e muitas mulheres do Leste Europeu pararam de reportar e comparecer às reuniões da Liga.

Em junho de 1953, pouco depois do “Caso Iugoslavo”, a FDIM realizou o seu terceiro Congresso Internacional, em Copenhague. Segundo Francisca De Haan, aquele Congresso reuniu 613 delegadas e mais de 1.300 convidadas de 67 países e redigiu uma “Declaração sobre os Direitos das Mulheres”, que abordou as principais questões

<sup>24</sup> LIMPL. Carta de Gertrude Baer para Lela Matitch e Denita Zetchevitch. 13/10/1952. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 97.

<sup>25</sup> LIMPL. Carta de Gertrude Baer para Lela Matitch e Denita Zetchevitch. 16/02/1953. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 97.

<sup>26</sup> LIMPL. Carta de Gertrude Baer para Lela Matitch e Denita Zetchevitch. 05/04/1953. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 97.

das mulheres até aquele momento, como o direito a trabalho e igualdade salarial, assim como o direito das camponesas de possuir e usar a terra e os direitos políticos.

Ainda de acordo com De Haan (2018, p. 232),

As participantes do Congresso prometeram levar a Declaração para casa para reforçar a luta pelos direitos das mulheres no seu próprio contexto, e os relatos mostram que conseguiram fazê-lo, por exemplo, na Indonésia e na América Latina. Lá, a Conferência e a Declaração de 1953 resultaram na “Primeira Conferência das Mulheres Latino-Americanas”, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 27 a 31 de agosto de 1954, que por sua vez fortaleceu as lutas e a cooperação das mulheres em todo o continente.

Apesar de ter tido sucesso no que propôs e de ter aumentado o seu número de vice-presidentas de quatro para dez, incluindo mulheres de quase todos os continentes, esse Congresso ou o seu desenvolvimento não conseguiram impedir que a FDIM perdesse o seu assento na ONU, em janeiro de 1954, resultado do recrudescimento da Guerra Fria e do macarthismo estadunidense. Em vez de se isolar, a própria FDIM e suas afiliadas envolveram-se em novos esforços e estratégias de comunicação e cooperação com organizações ocidentais, a fim de superar a perda do seu estatuto na ONU, e esse será o nosso foco na próxima seção.

### **“Trabalhando juntas nós aprenderemos a apreciar os pontos de vista de cada uma”:<sup>27</sup> novas abordagens e esforços pela paz (1954-1963)**

Durante a década de 1950, o macarthismo foi uma força política muito importante dentro dos EUA, influenciando as relações internacionais e vigiando seus próprios cidadãos. Em 8 de março de 1946, Elinor S. Gimbel fundou o Congresso de Mulheres Americanas (CAW), seguindo a orientação da FDIM. Dois anos depois, juntamente com a FDIM, tornou-se objeto de investigação pelo Comitê da Câmara de Atividades Antiamericanas (HUAC, no original). De acordo com De Haan (2012, p. 4-5), o HUAC destruiu o CAW e “também conseguiu criar uma imagem distorcida da FDIM”, chamando-a de “uma ‘organização fantoche’ soviética, em vez de uma organização internacional progressista de mulheres”. Como resultado, muitas pessoas e organizações que mostrassem qualquer sinal de simpatia ou simplesmente não condenassem publicamente a União Soviética perderam empregos e outras oportunidades – a FDIM, como mencionado, perdeu seu estatuto consultivo na ONU, e suas

---

<sup>27</sup> Permanent International Committee of Mothers. Declaração de Cooperação com Organizações de Mulheres. 30/04/1956. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 23.

seções nacionais, fossem elas da Europa ou dos países do Terceiro Mundo de alguma forma alinhados com os EUA, foram fortemente perseguidas e reprimidas.

A partir de então, a relação entre LIMPL e FDIM pareceu sofrer uma pequena pausa, mas em meados da década de 1950 é possível encontrar esforços crescentes de cooperação. À primeira vista, esses esforços parecem ser mais significativos por parte dos membros da Liga e de outras organizações de mulheres ocidentais. Para essas feministas, era mais difícil reunir afiliadas não só dos países sob influência soviética, mas também de Países Não Alinhados – em função do acesso a pessoas, canais de comunicação e circulação de seus materiais. Enquanto isso, a FDIM tinha afiliadas e seções nacionais em quase todos os países do mundo, aproveitando a estrutura global de difusão de ideias e circulação de pessoas organizada pelos Partidos Comunistas locais.

O Comitê Executivo e as seções nacionais da Liga ainda estavam muito concentrados nos países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos e na Austrália, e para crescer na América Latina a Liga convocou o primeiro Congresso Interamericano de Mulheres, em 1947, realizado na Guatemala e organizado pela seção norte-americana da Liga. O Congresso foi um marco importante de ligação entre mulheres comunistas e não comunistas, antecipando um movimento que seria mais frequente durante a década de 50. Entre as mulheres guatemaltecas, por exemplo, estavam Hortensia Hernández Rojas e Marta Enríquez, representando sindicatos de tendência comunista (Cf. KEPFER, 2017, p. 1818). Após o Congresso, fundaram a Aliança Feminina da Guatemala (AFG), que se juntaria à FDIM e não à LIMPL. As mulheres mexicanas que participaram do Congresso também ficaram enredadas nessas relações. O Bloco Nacional de Mulheres Revolucionárias (BNMR) teve grande influência comunista desde 1941, mas tinha entre suas afiliadas Rosa Torre, que era membro do LIMPL (SOLANO, 2017, p. 164). O BNMR também estabeleceu algumas conexões com a FDIM após esse Congresso.

Embora suas principais cadeiras e posições ainda fossem ocupadas quase exclusivamente por mulheres da Europa Ocidental e da América do Norte, a Liga começou a publicar cada vez mais relatórios sobre a América Latina após o Congresso de 1947, e o número de parceiras e afiliadas no subcontinente parece ter aumentado no período. No Brasil, é importante citar um nome que apareceu em uma dessas reportagens: a jornalista Alice Tibiriça. Uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, ao lado de mulheres como Bertha Lutz, Tibiriça foi editora de *Momento Feminino*, revista feminina que existiu de 1947 a 1956 (ver ALVES, 2022). A revista foi muito próxima do Partido Comunista Brasileiro e tinha várias mulheres comunistas em seu corpo editorial. Tanto Tibiriça quanto a revista eram

filiadas à FMB, representante da FDIM no Brasil.<sup>28</sup> Segundo a LIMPL, em 1947 Alice Tibiriça era editora do *Momento Feminino* e membro da FMB – também era membro do Comitê Nacional da LIMPL no Brasil. Ela até participou do Congresso da FDIM em Praga nesse mesmo ano, mesmo não sendo filiada ao PCB. É possível que ela e as suas colegas da Guatemala e do México – e talvez de outras partes do mundo – tenham trabalhado como pontes entre estas e outras organizações, ultrapassando as barreiras ideológicas impostas pela Guerra Fria.

É claro que a Guerra Fria tornou difícil para a Liga manter contato com o Bloco Socialista e até com o Terceiro Mundo, conforme exposto anteriormente. Assim, juntamente com outras organizações, as mulheres da Liga encontraram nos Comitês da ONU uma ótima forma de contatar esses países. Além da falta de comunicação, autores como Deborah Stienstra (1994, p. 67) destacam as tensões “entre a FDIM e outros grupos baseados no Ocidente; mais notavelmente LIMPL”. Embora seja verdade, como pudemos ver durante o imbróglgio iugoslavo, essas tensões eram apenas parte da história. No final da década de 1950 e início da década de 1960, é possível ver muitas viagens, relatórios e resoluções que não seriam esperadas apenas observando nomes de países, pessoas e organizações envolvidas. Como resultado, puderam ser traçados alguns objetivos comuns, especialmente no que diz respeito à maternidade, à paz e aos testes com armas nucleares, questão bastante latente na virada dos anos 1950 para 1960 e que se popularizou a partir da emergência dos Movimentos pela Paz, notadamente a partir do Apelo de Estocolmo, lançado pelo Conselho Mundial da Paz no início de 1950 e sob forte influência do Bloco Soviético (cf. RIBEIRO, 2008, p. 270-271).

Depois que a FDIM perdeu o seu estatuto na ONU e as representantes do Leste europeu deixaram de participar das atividades da Liga, parece que as mulheres do Terceiro Mundo – especialmente as da América Latina – e a soviética Nina Popova desempenharam um papel importante na tentativa de restabelecer comunicação. Eleita vice-presidenta da FDIM em 1953, Popova também seria eleita para o Comitê Central do PCUS e pouco depois se tornaria chefe das Sociedades Soviéticas de Amizade com Países Estrangeiros em 1956 (GRADSKOVA, 2019, p. 278) – quando a comunicação, a troca de elogios e a cooperação entre a FDIM e a LIMPL cresceram rapidamente.

A descolonização da África e da Ásia também era um tema importante nesse período, e não só as grandes potências e organizações rumaram para Sul, mas também novos países e povos tentaram moldar o seu caminho dentro dos marcos im-

<sup>28</sup> LIMPL. Relação de Sócias do Comitê Nacional da LIMPL, 1947. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 57.

postos pela Guerra Fria.<sup>29</sup> Nesse sentido, o número crescente de mulheres e organizações de países do Terceiro Mundo e/ou Não Alinhados em ambas as organizações também parece ser importante para compreender as novas tentativas de cooperação que foram sendo forçadas.

Nesse contexto, em 1954, o Rio de Janeiro realizou a Primeira Conferência de Mulheres Latino-Americanas, convocada durante o Congresso da FDIM no ano anterior, em Copenhague. Branca Fialho, professora brasileira e membro da Federação, escreveu ao Comitê Executivo da LIMPL em julho convidando-as a participar. Fialho disse que “o Secretariado Continental decidiu convidar todas as organizações internacionais de mulheres” para um “debate franco e fraterno sobre os direitos das mulheres em todos os setores da atividade humana e sobre a situação das crianças na nossa América”. Fialho encerrou escrevendo que a Liga era “digna do maior prestígio nos círculos femininos mundiais” e que esperava que a Liga recomendasse a todas as suas afiliadas “que apoiassem esta iniciativa, cujo sucesso representará grande progresso no desenvolvimento do movimento internacional das mulheres”.<sup>30</sup>

Um ano depois, em julho de 1955, a FDIM voltou a utilizar a maternidade como forma de crescer e aumentar o seu apoio, organizando o Congresso Mundial de Mães, em Lausanne (Suíça), onde foi lançada a “Declaração das Mães em Defesa dos seus Filhos contra a Guerra”. Como resultado do Congresso, foi formado um Comitê Internacional Permanente de Mães e pouco depois a FDIM emitiu uma “Declaração sobre Cooperação com Organizações de Mulheres”, que parece ser outro marco importante para compreender o crescimento da cooperação entre entidades não afinadas ideologicamente.<sup>31</sup> A declaração destacava a importância de um relacionamento mais próximo entre todas as organizações que trabalhassem para fins semelhantes e declarou a “prontidão da FDIM para cooperar com organizações nacionais e internacionais, grupos e mulheres individuais que lutam pela paz, pelos direitos das mulheres e pela defesa das crianças”. Por último, terminou com uma mensagem positiva e uma intenção clara de maior cooperação:

---

<sup>29</sup> A União Soviética, por exemplo, fez do acesso à Educação Superior um importante instrumento geopolítico de *Soft Power*, criando, em 1960 a Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba para estudantes do Terceiro Mundo, o que se tornou uma oportunidade ímpar para jovens advindos de países em guerra civil, de libertação nacional ou recém-independentes e sem um sistema universitário constituído (Cf. KATSAKIORIS, 2019).

<sup>30</sup> LIMPL. Carta de Branca Fialho ao Comitê Executivo da LIMPL. 22/07/1954. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 57.

<sup>31</sup> LIMPL. Comitê Internacional Permanente de Mães, Declaração de cooperação com organizações de Mulheres (FDIM). 30/04/1956. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 57.

“Trabalhando juntas aprenderemos a apreciar os diferentes pontos de vista umas das outras. E, com base na nossa experiência comum, avançar com força cada vez maior para a concretização das grandes esperanças para o futuro da humanidade que são partilhadas pelas mulheres em todo o mundo”.<sup>32</sup>

Pouco depois dessa declaração, mais uma vez mulheres latinas apareceram na correspondência da Liga – desta vez foram as argentinas da UMA que iniciaram a comunicação em maio de 1956. Aura Fleitas, vice-presidenta, e Fanny Edelman,<sup>33</sup> secretária geral, escreveram a Marie Lous-Mohr exigindo “todo tipo de informação” sobre as atividades da Liga e lhe enviaram informações e materiais da UMA.<sup>34</sup> Lous-Mohr respondeu pedindo desculpas por não falar espanhol, o que destaca uma questão importante que parece ter sido subestimada ao longo do tempo: o idioma como parte importante do crescimento e da difusão dessas organizações. Lous-Mohr enviou à UMA a última edição de *Pax et Libertas*, que não tinha tradução para o espanhol, e outro documento em espanhol numa espécie de “prova de boa fé”: um livro chamado “Liga Internacional Femenina Pro Paz y Libertad 1915-1938”.<sup>35</sup> É importante notar que enquanto a maioria das cartas, publicações e brochuras da Liga tenham sido sempre escritas em inglês, francês e/ou alemão, a grande maioria das publicações da FDIM, especialmente as de circulação interna, vinham em pelo menos cinco idiomas: além dos três mencionados, espanhol e russo – e não era raro encontrar boletins em chinês, português ou árabe.<sup>36</sup>

Após o já mencionado Congresso Mundial de Mães, a FDIM patrocinou um seminário denominado Dias de Estudo (*Study Days*) em setembro de 1957, em Potsdam. A LIMPL foi convidada, mas não pôde comparecer porque “não havia nenhuma associada morando nas proximidades”. Além disso, Gertrude Baer destacou que “o assunto a ser discutido não estava de acordo com a política da LIMPL”.<sup>37</sup> O assunto era “Proteção da Maternidade como um direito das mulheres e uma responsabilidade da socieda-

---

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> Edelman se tornaria vice-presidenta e, entre 1972 e 1978, presidenta da FDIM (MOONEY, 2013; VALORBA, 2015).

<sup>34</sup> LIMPL. Carta de Fanny Edelman e Aura Fleitas para Marie Lous-Mohr. 14/05/1956. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women’s International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 54.

<sup>35</sup> LIMPL. Carta de Marie Lous-Mohr para Fanny Edelman. 30/06/1956. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women’s International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 54.

<sup>36</sup> Inclusive a revista oficial da FDIM, *Mulheres do Mundo Inteiro*, que era impressa em grande escala e a cores, sempre tinha edições em russo, inglês, espanhol, francês e alemão (GRADSKOVA, 2021, p. 3).

<sup>37</sup> LIMPL. Decisões e Registros do Comitê Executivo Internacional da LIMPL. 07/09/1957, p. 17. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women’s International League for Peace and Freedom, Microfilm Rolo 12.

de”, e a FDIM convidou suas seções nacionais, “proeminentes indivíduos” e “instituições com conhecimento e experiência nesta área” para que se agrupassem em torno de três temas principais: “Leis de proteção da maternidade e sua aplicação”, “Serviços sociais e assistência médica para mães e filhos” e “Efeitos da discriminação a mães que trabalham na indústria, nos campos, nas escolas e outras profissões”.<sup>38</sup>

A maternidade foi um tema importante em todo o mundo, mas parece ter obtido um estatuto ainda maior entre as mulheres latino-americanas, o que pode explicar a proeminência da região nesses debates. Não é nosso objetivo travar uma grande discussão sobre as origens do maternalismo na América Latina, mas é importante compreender alguns movimentos e situações.

Ao contrário dos Estados Unidos e da maioria dos países da Europa, a industrialização da América Latina, em termos gerais, aconteceu simultaneamente ao colapso do Estado Oligárquico nas décadas de 1910 e 1920 – por vezes, precisamente por causa disso. Assim, quando o movimento operário irrompe e consegue garantir alguns direitos sociais, muitas mulheres, amplamente empregadas nas fábricas, especialmente têxteis, também conquistaram alguns direitos importantes no Brasil (ver FRACCARO, 2018). No Chile, por exemplo, desde 1917, existia uma lei que garantia às mães trabalhadoras dois intervalos de meia hora para amamentar os seus filhos (BECCERA; RIVERA, 2017, p. 78-79). Quando a OIT estabeleceu a Convenção 003, em 1919, estabelecendo o descanso pré e pós-natal de 12 semanas, muitas mulheres latino-americanas viram nisso uma oportunidade para exigir mais direitos em relação à licença-maternidade.<sup>39</sup>

Segundo Maxine Molyneux (2001, p. 169), “enquanto em algumas partes da Europa as mulheres se esforçavam para se individualizar da família em questões de identidade e direitos”, as mulheres latino-americanas seguiram um caminho diferente:

A politização da maternidade, muitas vezes ligada a ideias de nação e de nacionalismo, foram temas recorrentes na história latino-americana do século XX. No entanto, as feministas alargaram o significado destes termos: o lar como esfera de interesse e competência das mulheres foi ressignificado para abranger questões de bairro e municipais e a proteção do trabalho infantil e feminino. Por extensão, as atividades filantrópicas tornaram-se uma mediação aceitável entre o público e o privado para as mulheres. As “qualidades sagradas” da maternidade poderiam ser utilizadas ao serviço da sociedade, e com as mulheres reivindicadas como “genuinamente

<sup>38</sup> FDIM. Boletim Informativo n. 9, 10/06/1957, p. 4. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women's International Democratic Federation, ZK30574.

<sup>39</sup> Em 1957, quando ocorreram os *Study Days*, apenas 12 países haviam ratificado tal Convenção, sendo 7 deles da América Latina: Argentina (1933), Brasil (1934), Chile (1925), Colômbia (1933), Cuba (1928), Uruguay (1933) e Venezuela (1944) (*ibidem*).

altruístas” em oposição a um individualismo masculino egoísta, os seus esforços foram vistos como uma ajuda na reforma da vida pública. Embora estes argumentos também tenham sido apresentados noutras partes do mundo, na América Latina a maternidade e a domesticidade foram dotadas de um significado moral e político duradouro, embora o seu significado variasse ao longo do tempo.

Portanto, quando a FDIM fez da maternidade uma questão essencial, as mulheres latino-americanas tinham muito a partilhar. De 1956, após o Congresso Mundial de Mães, até 1963, quase todos os boletins informativos da FDIM traziam um relatório de um ou mais países do subcontinente, e a maioria deles apresentava questões relacionadas à maternidade e à defesa das crianças como sujeitos principais. Segundo De Haan (2017, p. 25),

O conceito de maternidade foi importante no discurso da FDIM, bem como no discurso político das mulheres latino-americanas a um nível mais geral [...]. Embora as militantes da FDIM por vezes falassem sobre mães ou maternidade de uma forma essencializante – sugerindo que o papel natural das mulheres na maternidade estava relacionado com o seu interesse inato pela paz – elas também argumentavam que a diferença entre mulheres e homens era mais experiencial do que congênita. Além disso, defenderam fundamentalmente os direitos sociais, económicos e políticos das mães, ou seja, construíram o termo “mãe” como uma categoria política.

Durante os *Study Days*, foi constatado que, por exemplo, dos 54 países que tinham algum tipo de proteção à maternidade no seu código laboral, 17 eram da América Latina – o que significa cerca de 60% dos países da região.<sup>40</sup> Sobre a licença-maternidade, o Seminário mencionou alguns países que a concediam apenas após o parto e depois mencionou os países que concediam licença-maternidade obrigatória antes e depois do parto – o número de semanas antes e depois do parto era diferente em cada país. Os países orientais e/ou socialistas eram a grande maioria (Albânia, Bulgária, Romênia, Polónia, Hungria, República Democrática Alemã, URSS e China). Fora desse grupo, estavam alguns estados dos EUA, República Federal Alemã, Itália, Suécia e oito países da América Latina: Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Panamá e Peru.<sup>41</sup>

Apesar de ter perdido o seu estatuto consultivo na ONU e de se concentrar nesses novos espaços e canais de comunicação, a FDIM não foi totalmente excluída das organizações internacionais dentro do sistema das Nações Unidas. Ainda em 1957, por exemplo, a Unesco estava prestes a criar um Centro Internacional de Cinema

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 8-9.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 8-9.

para Crianças e convidou “a FDIM e um certo número de organizações internacionais para participar no trabalho do Centro”.<sup>42</sup> A mudança de linguagem e propaganda da FDIM, enfatizando especialmente a maternidade e a defesa das crianças, parece ter ampliado tanto suas possibilidades de atuação quanto o reconhecimento como grupo legítimo por outras organizações internacionais.

As relações entre a FDIM, as suas seções nacionais e a LIMPL também cresciam. Em setembro de 1958, a pacifista ítalo-francesa Magda Trocmé escreveu um longo e elogioso relatório sobre a sua viagem à União Soviética que foi lido durante reunião do Comitê Executivo Internacional da Liga na Dinamarca. Ela começou dizendo que não era justo comparar a Rússia Soviética com outros países, mas “a Rússia antes e depois da Revolução”. Ao longo de 20 páginas, Trocmé abordou os principais temas da vida cotidiana na Rússia Soviética, como educação, habitação, herança e religião. Entre as maiores conquistas da Revolução, Trocmé destacou “o total desaparecimento do analfabetismo”<sup>43</sup> e o fim das distinções de classe: em uma noite, segundo relatou, ela e um professor universitário discutiram sobre salários com o taxista que os levava a um restaurante e acabaram todos jantando juntos, “conversando de igual para igual sem qualquer tensão”.<sup>44</sup>

É difícil dizer se a viagem e o relatório de Magda Trocmé tiveram algum papel nos acontecimentos seguintes, mas no início de 1959 Toini Iversen, secretária da Seção Finlandesa da Liga, visitou Moscou;<sup>45</sup> e entre julho e agosto de 1959, foi a vez de Adelaide N. Baker. Representante da Liga e da ONU, ela enviou suas saudações a Maria Orsyannikova, editora-chefe de *The Soviet Woman*, publicação de enorme circulação (ver PERI, 2018), e que já havia participado do Congresso Internacional da LIMPL em Estocolmo em julho daquele ano.<sup>46</sup> Em dezembro, LIMPL e *The Soviet Woman* trocaram lembranças de Natal e votos de boa sorte para o ano de 1960 – Elizabeth Tapper, que escreveu a carta em nome da Liga, disse que seu cartão de felicitações favorito era o “Mãe e Filho”, de Rembrandt, que estava no Hermitage, em Leningrado:

<sup>42</sup> FDIM. Boletim Informativo n. 3. 01/02/1958, p. 13-14. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women’s International Democratic Federation, ZK30574.

<sup>43</sup> LIMPL. Comitê Executivo da LIMPL, Relatório de Magda Trocmé sobre sua viagem à Rússia. 18 a 23 de Agosto de 1958, p. 3. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women’s International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 13.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>45</sup> LIMPL. Carta de Elizabeth Trapper para Lydia Petrova. 18/06/1959. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women’s International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 6.

<sup>46</sup> LIMPL. Carta de Adelaide N. Baker para maria Orsyannikova. Agosto de 1959. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women’s International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 6.

Sinto-me movido pela ambição de um dia vê-los com os meus próprios olhos, sobretudo porque alguns amigos meus que este ano passaram férias na URSS me contaram tanto sobre isso. No entanto, é pouco provável que o consiga fazer como turista privado, por isso talvez possa ser por ocasião de um Congresso de arte (sou membro da Sociedade das Artes de Genebra) ou, de preferência, numa Conferência de Paz, quando posso fazer algum trabalho útil na Secretaria, essa oportunidade deverá surgir!<sup>47</sup>

As trocas de felicitações tornaram-se comuns e uma oportunidade para fortalecer os laços de cooperação através de palavras de elogio e admiração. Em 1962, por exemplo, Osvyannikova escreveu a Tapper que as mulheres soviéticas “valorizam muito o trabalho” da Liga e desejou tanto à organização como a ela pessoalmente sucesso no seu “trabalho pela mútua compreensão e paz entre os povos”.<sup>48</sup>

Até as relações entre as mulheres ativistas dos EUA e as da União Soviética tornavam-se mais fortes e, em novembro de 1961, elas se reuniram em uma “Conferência Informal” na Pensilvânia. O encontro foi uma iniciativa da LIMPL e da Jane Addams Peace Association, uma ONG que trabalhou em estreita parceria com a LIMPL – a própria Addams fora membro-fundadora da Liga, além de vencedora do Nobel da Paz de 1931. A URSS foi representada por dez mulheres, em sua maioria jornalistas ou acadêmicas, e Lydia Kislova, que substituiu Nina Popova na União das Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com Países Estrangeiros. A delegação soviética foi presidida por Olimpiada Koslova, reitora do Instituto de Engenharia e Economia de Moscou, que também copresidiu a Conferência. A delegação dos Estados Unidos era maior e incluía advogadas, jornalistas e acadêmicas. Entre os seus participantes, destacam-se a socióloga Elsie Boulding, muito ativa nos eventos da Liga, Dorothy Hutchinson, presidenta da seção norte-americana da Liga, e Mildred Scott Olmsted, secretária administrativa da seção norte-americana da LIMPL.<sup>49</sup> A Agenda continha sete pontos:

Coexistência pacífica entre a URSS e os EUA; Desarmamento; Questão Alemã; Representação da República Popular Chinesa na Organização das Nações Unidas; Papel das Nações Unidas e do Tribunal Internacional na salvaguarda da paz e na sua futura organização; O papel das mulheres

<sup>47</sup> LIMPL. Carta de Elizabeth Tapper para Maria Orsyannikova e Valya Krouchkova. 24/12/1959. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 6.

<sup>48</sup> LIMPL. Carta de Maria Orsyannikova para Elizabeth Tapper. 16/02/1962. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 6.

<sup>49</sup> FDI. Boletim Informativo n. 1. 1/01/1962, p. 24. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women's International Democratic Federation, ZK30574.

na resolução dos problemas do seu tempo; Adoção de proposta de trabalho conjunto no futuro e elaboração de comunicado.<sup>50</sup>

Embora “houvesse divergência entre as opiniões dos dois grupos”, elas conseguiram chegar a algum consenso, como a necessidade de encontrar uma forma de “crescer e se desenvolver em uma atmosfera de paz” entre os EUA e a URSS e apoiar a ONU “como uma base para unir todos os povos e para a resolução pacífica de disputas internacionais”. Elas também celebraram o fato de que uma “Declaração Conjunta de Princípios Acordados para Negociações de Desarmamento” foi apresentada às Nações Unidas pelos Embaixadores de ambos os países, em setembro, e encerraram a reunião afirmando “que conferências semelhantes poderão ser realizadas no futuro”.<sup>51</sup>

Quase no mesmo momento em que essa “Conferência Informal” estava acontecendo, a Greve das Mulheres pela Paz (WSP, na sigla em inglês) eclodiu nos Estados Unidos e, em dezembro de 1961, tornou-se uma ONG, tendo Bella Abzug e Dagmar Wilson à frente. A WSP enviou um memorando às Mulheres Soviéticas pedindo para se juntarem a elas “num esforço histórico das mulheres para prevenir conflitos mutuamente ruinosos e, em vez disso, promover uma cooperação mutuamente gratificante”, com o objetivo de parar a corrida armamentista e os testes nucleares.<sup>52</sup> O Comitê das Mulheres Soviéticas respondeu saudando a iniciativa e lembrando-lhes “o período de cooperação frutuosa soviético-americana” durante a Segunda Guerra Mundial, alegando que elas ainda teriam tudo o que é necessário para desenvolver e consolidar a cooperação e “estabelecer amizade entre” mulheres soviéticas e americanas.<sup>53</sup> Em sete meses, a própria Dagmar Wilson liderava uma delegação estadunidense a Moscou, a convite do Comitê das Mulheres Soviéticas, onde visitaram não só escolas, museus e hospitais, mas também cidades como Leningrado, Socchi e Sestroretsk.<sup>54</sup>

Durante as semanas que as mulheres da WSP passaram na União Soviética, entre 9 e 14 de julho de 1962, Moscou realizou um Congresso Mundial de Desarmamento Geral e Paz, e Wilson e outras delegadas dos EUA puderam participar. O evento afirmava que o desarmamento não era apenas imperativo, mas possível, e que “implicaria o desaparecimento de todas as bases militares estrangeiras e a retirada

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 26-27.

<sup>52</sup> FDIM. Boletim Informativo n. 3. Março/abril de 1962, p. 3-4. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women's International Democratic Federation, ZK30574.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>54</sup> FDIM. Boletim Informativo n. 5. Outubro de 1962, p. 10. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women's International Democratic Federation, ZK30574.

de todas as tropas estrangeiras, ajudando assim o povo que luta pela Independência nacional”.<sup>55</sup> Após o término do Congresso, a WSP e o Comitê das Mulheres Soviéticas emitiram uma declaração conjunta defendendo “o desarmamento geral e completo sob estrito controle internacional, conforme proclamado pelas Nações Unidas” e “expressando o desejo sincero” de viver em paz e de desenvolver “confiança e mútuo entendimento entre as mulheres soviéticas e americanas”.<sup>56</sup>

Exatamente ao mesmo tempo, a LIMPL realizou o seu 15º Congresso Internacional em São Francisco. A FDIM enviou Henriette Katz como representante e a Polônia enviou Zawadeska-Nussbaum, membro do Senado polonês.<sup>57</sup> A União Soviética foi convidada a enviar alguém para participar como observadora no Congresso, e Nina Popova até disse a Else Zeuthen, presidente executiva internacional da Liga, quem seria sua delegada: Nadezhda Khimach, membro do Comitê das Mulheres Soviéticas que já estava nos EUA participando de evento na ONU.<sup>58</sup> No entanto, em 10 de julho, um dia após o início do Congresso, Khimach escreveu a Zeuthen explicando que o Departamento de Estado dos EUA não lhe deu permissão para ir à Califórnia porque era “uma área fechada para funcionários soviéticos” e ela estava “trabalhando como adida cultural na Embaixada Soviética em Washington”. Ela desejou “a todos os participantes do Congresso sucesso no nobre trabalho pela paz e pelo desarmamento” e pediu informações e materiais sobre o congresso.<sup>59</sup>

No final do Congresso, Emily Parker Simon e Agnes Stapledon, ambas vice-presidentes internacionais da Liga, juntaram-se a Else Zeuthen para responder às correspondências que chegaram. Escreveram a Nina Popova lamentando o incidente relativo à delegada soviética e depois agradeceram pelas mensagens recebidas dos Comitês das Mulheres da Albânia, da Bulgária, da Tchecoslováquia e do Conselho Nacional das Mulheres Húngaras.<sup>60</sup> O Congresso também admitiu novas seções nacionais na Nigéria e no Líbano, recebeu “com alívio notícias sobre a independên-

<sup>55</sup> LIMPL. Mensagem aos Povos do Mundo do Congresso Mundial do Desarmamento Geral e da Paz. 9 a 14 de julho de 1962. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 6.

<sup>56</sup> FDIM. Boletim Informativo n. 5. Outubro de 1962, p. 11-12. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women's International Democratic Federation, ZK30574.

<sup>57</sup> LIMPL. 15<sup>th</sup> Congresso Internacional da LIMPL. 8/07/1962, p. 7. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 23.

<sup>58</sup> LIMPL. Carta de Nina Popova para Else Zeuthen. 27/06/1962. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 23.

<sup>59</sup> LIMPL. Carta de Nadezhda Khimach para Else Zeuthen. 10/07/1962. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 23.

<sup>60</sup> Todas as cartas mantinham o mesmo texto de agradecimento e forma enviadas no mesmo dia. LIMPL. Carta de Else Zeuthen, Emily Parker Simon e Agnes Stapledon para: Comitê de Mulheres Albanesas, Comitê de Mulheres Búlgaras, Comitê de Mulheres da Tchecoslováquia e Conselho Nacional de Mulheres

cia da Argélia”, condenou “qualquer tentativa de derrubar ou apoiar atividades que possam ajudar a derrubar o Governo de Cuba” e afirmou que “em Punta del Este, o Governo de Cuba foi excluído da Organização dos Estados Americanos apesar de não existirem leis que pudessem basear tal exclusão”.<sup>61</sup>

Quando a FDIM patrocinou o seu quinto Congresso Mundial de Mulheres, em junho de 1963, em Moscou, a Liga finalmente conseguiu – e quis – participar efetivamente. Esse foi o maior Congresso da FDIM, contando com mais de 1.500 mulheres de 113 países, e se tornou uma grande oportunidade para a URSS mostrar ao mundo o quão avançados eram o *status* e os direitos das mulheres no país, especialmente em comparação com os Estados Unidos (DE HAAN, 2018, p. 232).

O Congresso ocorreu poucos dias depois de Valentina Tereshkova se tornar a primeira mulher cosmonauta, enquanto nos EUA, por exemplo, muitas faculdades das Universidades da Ivy League não admitia estudantes mulheres e muitas iniciativas que exigiam igualdade racial e de gênero eram combatidas e taxadas de comunistas (HOROWITZ, 1988, p. 142-148). Tereshkova compareceu ao Congresso e “as participantes a receberam como uma verdadeira heroína” (DE HAAN, 2018, p. 233).

A Liga não só enviou observadoras como também a sua seção dos EUA esteve presente através de Elise Boulding. Ela apresentou uma mensagem de 25 pontos da sua organização ao Congresso, destacando a sua história de cooperação desde a Primeira Guerra Mundial, quando ambos os lados estavam representados na Liga, afirmando que a LIMPL “tem tentado consistentemente estabelecer uma comunicação reconciliadora através das fronteiras nacionais”.<sup>62</sup>

O início da década de 1960 foi um momento de tensão nuclear, mas também de crescente cooperação entre mulheres que ajudou a moldar novas formas de internacionalismos. Durante o mês de julho de 1963, a FDIM, a LIMPL e a recém-criada WSP trocaram ideias e cartas, e suas militantes puderam viajar para diversas conferências e seminários. Em agosto, a União Soviética e os Estados Unidos assinaram um Tratado de Proibição de Testes Nucleares,<sup>63</sup> e, embora seja difícil medir o impacto que essas mulheres tiveram para que isso acontecesse, certamente seus esforços de cooperação e estabelecimentos de iniciativas conjuntas contribuíram para que os

---

Húngaras. 17/07/1962. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 23.

<sup>61</sup> LIMPL. 15<sup>th</sup> Congresso Internacional da LIMPL. 8/07/1962, p. 103. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 23.

<sup>62</sup> LIMPL. Mensagem da Seção dos Estados Unidos da LIMPL para o Congresso Mundial de Mulheres. 24 a 29 de junho de 1963, p. 2. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom, Microfilme Rolo 13.

<sup>63</sup> Ver GUTH, 2021.

movimentos pela paz se tornassem cada vez mais massivos, de modo a colocar um acordo como esse na ordem do dia.

## Considerações finais

Estudar a Guerra Fria para além das duas Grande Potências não é novidade (MANKE *et al.*, 2017; WESTAD, 2005). Pesquisas sobre o internacionalismo e as organizações das mulheres também aumentaram ao longo da última década, e é notório como as mulheres do Terceiro Mundo conseguiram envolver-se em algumas dessas organizações para entrar na arena pública e exigir direitos (DE HAAN, 2018; GRADSKOVA, 2021). Contudo, parece que ainda não temos muita consciência da profundidade das ligações e das tentativas de comunicação e cooperação entre essas organizações. Pudemos ver algumas das lutas entre a FIDM e a LIMPL – mas isso é apenas parte do seu histórico de relações.

Se olharmos para os seus esforços em estabelecer uma agenda comum, vendo essas organizações internacionais como “espaços sociais abertos” e locais de “trocas e circulações internacionais”, como sugeriu Sandrine Kott (2015, p. 133), podemos compreender outros aspectos do Internacionalismo da Guerra Fria. Em alguns momentos, as mulheres conseguiram ultrapassar muros ideológicos tentando elaborar um programa mínimo de ações e discursos, como na defesa da paz, da infância e dos direitos maternos – temas em que as mulheres da América Latina se destacaram ao longo dos anos 1950.

Situações como essa são outro lembrete de que “os Estados da antiga ‘periferia’ da Guerra Fria não podem ser considerados meramente como receptores passivos de superpotência”, como sugeriram Manke, Brezinova e Blecha (2017, p. 211). Uma perspectiva social e transnacional dos seus cidadãos e organizações permite-nos compreender as possibilidades de ação que esses países desenvolveram, não *apesar* da Guerra Fria, mas dentro das limitações e dos espaços que ela impôs. Os processos históricos que se desenrolaram no período não foram “programados” *a priori*, e acompanhar seus atores, suas conexões e suas possibilidades de circulação pelo mundo nos ajuda a olhar e compreender diferentes prismas desse processo. E um aspecto fundamental que merece mais atenção se refere à atuação e à circulação de mulheres – que muitas vezes romperam ou tensionaram as restrições que o momento lhes impunha.

## Referências bibliográficas

### Fontes

- Federação Democrática Internacional de Mulheres. Instituto Internacional de História Social, Amsterdam. Coleção Women's International Democratic Federation.
- Liga Internacional de Mulheres Pró-Paz e Liberdade. Biblioteca da ONU, Genebra, Fundo *International Peace Movements/Women's International League for Peace and Freedom*, Microfilme.

### Bibliografia

- ALVES, Iracélli da Cruz. Para o coração, sim. Mas também para o espírito: Momento Feminino e o debate feminista no Brasil republicano (1947-1956). *Revista de História*, São Paulo, n. 181, 2022, p. 1-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/181667>. Acesso em: 11 out. 2023. Doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.181667>.
- BECERA, Lidia Casas; RIVERA, Esther Valenzuela. Protección a la maternidad: una historia de tensiones entre los derechos de infancia y los derechos de las trabajadoras. *Revista de Derecho*, Valdivia (Chile), v. 25, n. 1, 2012, p. 77-101. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So718-09502012000100004](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So718-09502012000100004). Acesso em: 11 out. 2023. Doi: <http://dx.doi.org/10.4067/So718-09502012000100004>.
- BONFIGLIOLI, Chiara. *Revolutionary networks. Women's political and social activism in Cold War Italy and Yugoslavia (1945-1957)*. Tese de Doutorado em História, Departamento de História, Universidade de Utrecht, 2012.
- DE HAAN, Francisca. The Women's International Democratic Federation (WIDF): history, main agenda, and contributions, 1945-1991. *Women and Social Movements (WASI)*, 2012, p. 1-35. Disponível em: <http://alexanderstreet.com/products/women-and-social-movements-international>. Acesso em: 3 set. 2022.
- DE HAAN, Francisca. Eugénie Cotton, Pak Chong-ae, and Claudia Jones: rethinking transnational feminism and international politics. *Journal of Women's History*, v. 25, n. 4, 2013, p. 174-189. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/531330/pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023. Doi: <https://doi.org/10.1353/jowh.2013.0055>.
- DE HAAN, Francisca. La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y América Latina, de 1945 a los años setenta. In: VALORBA, Adriana; YUSTA, Mercedes (org.). *Queridas camaradas: historias iberoamericanas de mujeres comunistas*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017 p. 17-44.
- DE HAAN, Francisca. The global left-feminists 1960's: from Copenhagen to Moscow and New York. In: JIAN, Chen et al. (org.). *The Routledge handbook of the global sixties*. New York: Routledge, 2018, p. 230-242.
- DEUTSCHER, Isaac. Mitos da Guerra Fria. In: HOROWITZ, David (org.). *Revolução e repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 15-35.
- FERREIRA, Jorge. *Elisa Branco: uma vida em vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres – feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

- GRADSKOVA, Yulia. Women's International Democratic Federation, the "Third World" and the Global Cold War from the late-1950s to the mid-1960s. *Women's History Review*, London, v. 29, n. 2, 2019, p. 270-288. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09612025.2019.1652440>. Acesso em: 11 Oct. 2022. Doi: <https://doi.org/10.1080/09612025.2019.1652440>.
- GRADSKOVA, Yulia. La FDIM y los derechos de las mujeres en América Latina: expectativas y alianzas durante la Guerra Fría, 1950-1970. *Descentrada*, La Plata, v. 5, n. 2, 2021, p. 1-15. Disponível em: <https://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/dese150>. Acesso em: 9 ago. 2022. Doi: <https://doi.org/10.24215/25457284e150>.
- GUTH, Stefan. From close call to close contacts: transsystemic techno-diplomacy and cooperation in the civilian uses of nuclear power, 1963-79. *Cold War History*, Londres, v. 21, n. 4, 2021, p. 491-508. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14682745.2020.1775588>. Acesso em: 20 maio 2023. Doi: <https://doi.org/10.1080/14682745.2020.1775588>.
- HANNAN, Carolyn; LIYAMBO, Aina; BRAUTINGAM, Christine. *A short history of the Commission on the Status of Women*. Nova York: ONU, 2019. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2019/02/a-short-history-of-the-commission-on-the-status-of-women>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- HOROWITZ, Daniel. *Betty Friedan and the making of the feminine mystique: the American left, the Cold War and modern feminism*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1988.
- KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2020.
- KATSAKIORIS, Constantin. The Lumumba University in Moscow: higher education for a Soviet-Third World alliance, 1960-91. *Journal of Global History*, Cambridge, v. 14, n. 2, 2019, p. 281-300. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-global-history/article/lumumba-university-in-moscow-higher-education-for-a-soviet-third-world-alliance-196091/8720DF55AA0CEBC782EC8B215AC08D47>. Acesso em: 2 ago. 2022. Doi: <https://doi.org/10.1017/S174002281900007X>.
- KEPFER, Anamaría Cofiño. Las primeras comunistas en Guatemala. De las dictaduras a la Revolución (1923-1954). In: VALORBA, Adriana; YUSTA, Mercedes (org.). *Queridas camaradas: historias iberoamericanas de mujeres comunistas*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017, p. 173-192.
- KOSICKI, Piotr H. The catholic church and the Cold War. In: KALINOVSKY, Artemy M.; DAIGLE, Craig. *The Routledge handbook of the Cold War*. Abingdon: Routledge, 2014, p. 259-272.
- KOTT, Sandrine Kott. Para uma história social das organizações internacionais. A OIT e a internacionalização dos saberes sociais. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; MONTEIRO, José Pedro (org.). *Os passados do presente: internacionalismo, imperialismo e a construção do mundo contemporâneo*. Coimbra: Almedina, 2015, p. 131-158.
- KOTT, Sandrine. Cold War Internationalism. In: SLUGA, Glenda; CALVIN, Patricia (org.). *Internationalism: a twentieth century history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 340-362.
- MANKE, Albert; BREZINOVA, Katerina; BLECHA, Laurin. Conceptual readings into the Cold War: towards transnational approaches from the perspective Latin American studies in Eastern and Western Europe. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, 2017, p. 203-218. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/nKtJ8FCwn8mFyp7nT8MQqZx/?lang=en>. Acesso em: 11 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000100011>.

- MOLYNEUX, Maxine. Gender and citizenship in Latin America: historical and contemporary issues. In: MOLYNEUX, Maxine. *Women's movements in international perspective: Latin America and beyond*. Nova York: Palgrave, 2001, p. 163-202.
- MOONEY, Jadwiga Pieper. Militant motherhood re-visited: women's participation and political power in Argentina and Chile. *History Compass*, v. 5, n. 3, 2007, 975-994. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1478-0542.2007.00435.x>. Acesso em: 11 out. 2023. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1478-0542.2007.00435.x>.
- MOONEY, Jadwiga Pieper. El antifascismo como fuerza movilizadora: Fanny Edelman y la Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM). *Anuario IEHS*, n. 28, (2013), p. 207-226. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2013/EL%20ANTIFASCISMO%20COMO%20FUERZA%20MOVILIZADORA.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.
- NUNES, Guilherme Machado. América Latina y la Federación Democrática Internacional de Mujeres. *Antagónica*, v. 3, p. 69-89, 2023. Disponível em: <https://antagonica.org/Ao6/o4.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- SOLANO, Verónica Oikión. Mujeres comunistas en México. Desigualdad social y lucha política, 1935-1955. In: VALORBA, Adriana; YUSTA, Mercedes (org.). *Queridas camaradas: historias iberoamericanas de mujeres comunistas*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017, p. 153-172.
- STIENSTRA, Deborah. *Women's Movement and International Organizations*. Londres: Macmillan, 1994.
- VALORBA, Adriana María. Partidos, tradiciones y estrategias de movilización social: de la Junta de la Victoria a la Unión de Mujeres de la Argentina. *Prohistoria*, Rosário, v. 9, n. 9, 2005, p. 67-82. Disponível em: [https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.7389/pr.7389.pdf](https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7389/pr.7389.pdf). Acesso em: 11 out. 2023.
- VALORBA, Adriana María. Formación de cuadros y frentes populares: relaciones de clase y género en el Partido Comunista de Argentina, 1935-1951. *Izquierdas*, Santiago, n. 23, 2015, p. 127-156. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-50492015000200007&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-50492015000200007&script=sci_abstract). Acesso em: 11 out. 2023. Doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50492015000200007>.
- VILLATOUX, Marie-Catherine. The fight against subversion in France in the forties and fifties. *Inflexions*, n. 14, 2010, p. 165-172. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-inflexions-2010-2-page-165.htm>. Acesso em: 21/03/2023. Doi: <https://doi.org/10.3917/infle.014.0165>.
- WESTAD, Odd Arn. *The Global Cold War: third world interventions and the making of our times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- ZARCO, Abril. Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de Plaza de Mayo. *Revista Punto Género*, Santiago, n. 1, 2011, p. 229-247. Disponível em: <https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/16883>. Acesso em: 11 out. 2023. Doi: <https://doi.org/10.5354/2735-7473.2011.16883>.

Recebido: 07/11/2023 – Aprovado: 25/03/2024

**Editores Responsáveis**

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco